



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO N.º 201700962952

REQUERENTE: PROCURADORA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

ASSUNTO: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

**DECISÃO/OFÍCIO CMFE N.º 0302019**

O presente expediente foi instaurado em razão do Ofício n.º 4314/2017 (fls. 03/04) oriundo da Procuradoria da República do Distrito Federal, oportunidade na qual solicitou informações sobre a existência de norma local regulamentando a adesão, por meio de convênio com a Receita Federal, de cartórios ao serviço de emissão gratuita do CPF.

Diante da ausência de norma local, foi proferida Decisão/Ofício GAB n.º 1859/2017 (fls. 11/13) determinando a obrigatoriedade de constar nos assentos de nascimento e casamento o CPF, a ser obtido pela própria serventia com utilização da ferramenta disponível na CRC, após cadastro no Termo de Adesão existente com a Receita Federal, com a publicação do Provimento CGJES n.º 17/2017 e do Ofício Circular n.º 127/2017.

Porém, parte do aludido provimento foi suspenso em razão do sistema de emissão do CPF, praticado por meio do convênio existente entre a CRC e a Receita Federal, apresentar habilitação somente para os nascimentos de criança até 10 anos, não abrangendo casamento.

Nesse interregno, foi publicado o Provimento CNJ n.º 63/2017, que, dentre outras questões, instituiu o modelo único de certidão de nascimento, casamento e óbito, determinando, em seu artigo 6º, a obrigatoriedade de inclusão do CPF nas aludidas certidões.

Assim, visando o cumprimento daquele provimento nacional, a ARPEN Brasil foi oficiada para informar acerca da implementação de ferramenta na CRC para

75  
40



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

possibilitar a emissão de CPF no momento da lavratura de certidões de casamento e óbito.

Em resposta, a ARPEN Brasil esclareceu que não havia previsão para o convênio firmado com a Receita Federal incluir hipótese de emissão de certidões de casamento e óbito, tecendo, ainda, considerações para cumprir o Provimento CNJ n.º 63/2017.

Diante dessas considerações, infere-se que, mesmo que não haja a possibilidade de emitir o CPF por meio do convênio mencionado nessa decisão, os oficiais registradores devem observar fielmente todas as regras insertas no Provimento CNJ n.º 63/2017, o que inclui a inserção do CPF em todas as certidões que são emitidas, inclusive casamento e óbito.

Não se trata, portanto, de uma faculdade, mas sim de uma regra de observância obrigatória.

É necessário esclarecer que a ausência de ferramenta específica na CRC para incluir as certidões de casamento e óbito não desobriga a observância daquela normativa nacional.

Registra-se, por fim, que permanece suspenso o Provimento CGJES n.º 17/2017 na parte em que trata da emissão de CPF na lavratura de certidões de casamento pela CRC.

Isto posto, **oficie-se a todos oficiais de registro do Estado do Espírito Santo reforçando a obrigatoriedade de observar o Provimento CNJ n.º 63/2017, especialmente quanto à inclusão do CPF nas certidões de nascimento, casamento e óbito.**

**Dê-se ciência dessa decisão**, inclusive ao SINOREG-ES e à ARPEN Brasil.

Nada mais havendo, **arquivem-se os autos.**

Diligencie-se.

Vitória/ES, 15 de janeiro de 2019.

**Desembargador SAMUEL MEIRA BRASIL JR.**  
**Corregedor Geral da Justiça**